

# O CONFLITO NA PENÍNSULA COREANA E A DESASTROSA POLÍTICA HISTÓRICA DE APAZIGUAMENTO

REIS FRIEDE\*  
Desembargador Federal

---

## SUMÁRIO

Introdução  
As lições históricas e os resultados desastrosos das políticas  
de apaziguamento implantadas na era contemporânea  
Das consequências objetivas da política de apaziguamento  
na Segunda Guerra Mundial e na atualidade  
Notas

## INTRODUÇÃO

A denominada política de apaziguamento foi uma constante tentativa de se manter a paz regional (e mesmo mundial) na história do gênero humano.

Todavia, em diversas e variadas ocasiões, também se constituiu (como ainda se constitui) em um ingênuo e, conseqüentemente, frustrado esforço de convencimento em relação àquelas nações que simplesmente não desejam a paz (nos termos clássicos e consagrados

pela comunidade global), pois, ao reverso, almejam (intencionalmente, ainda que de maneira dissimulada) a construção de políticas (dos mais variados matizes, incluindo os de natureza ideológica, ou de simples ambições expansionistas) completamente incompatíveis com o direito internacional ou com as (legítimas e reconhecidas) aspirações de seus (eventuais) contrapontos nacionais.

“O grande ditador jamais muda as suas convicções e as suas ideias. O que

---

\* Professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) e professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar). Colaborador frequente da *RMB*.

ele faz, em essência, é mudar, convenientemente, de assunto e de tema.” (Winston Churchill)

Não é por outra razão, portanto, que grande parte dos estudiosos das relações internacionais tem postulado pela defesa de uma nova concepção de “Imposição da Paz”, em substituição ao conceito clássico de “Manutenção (ou ‘Restabelecimento’) da Paz”, em consonância com uma hermenêutica mais abrangente em relação aos dispositivos insertos no Capítulo 7º da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Destarte, as nações responsáveis pela governança internacional não podem e nem devem, em desrespeito às ricas lições históricas, continuar a trilhar caminhos tortuosos que apenas conduzem a uma irresponsável política de relativa tolerância, colocando em risco a segurança e a estabilidade internacionais, ainda que imaginem (por uma ingenuidade política simplesmente inaceitável) estar no rumo exatamente inverso.

## **AS LIÇÕES HISTÓRICAS E OS RESULTADOS DESASTROSOS DAS POLÍTICAS DE APAZIGUAMENTO IMPLANTADAS NA ERA CONTEMPORÂNEA**

É bem provável que o caso mais emblemático de fracasso (e de verdadeiro desastre) na implantação de uma política de apaziguamento tenha sido aquele observado nas infrutíferas tentativas de se evitar o início da Segunda Guerra Mundial.

“A Primeira Guerra Mundial terminou em novembro de 1918, quando os alemães finalmente reconheceram

a inutilidade de qualquer tentativa de vencer as forças aliadas (França, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos). A Alemanha estava arruinada, com suas fábricas paralisadas, as cidades tomadas por soldados e operários insuflados pela revolução e o exército em retirada. Na Rússia, a Revolução havia derrubado uma monarquia secular e estabelecido um governo comunista num país literalmente arruinado pela guerra e pela pobreza. O fantasma do comunismo estava assustando o mundo.

O mapa da Europa havia mudado. Pelos acordos firmados em 1919, surgiram novos países: Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Países Bálticos. Mas o centro determinante da política europeia era realmente a Alemanha. Com a criação da Tchecoslováquia, por exemplo, a Alemanha perdeu parte de seu território e mais de 3 milhões de habitantes. O mesmo se deu com a Polônia, que se formou dividindo o território alemão pelo famoso ‘corredor polonês’. Os países vitoriosos encontraram-se e firmaram o célebre Tratado de Versalhes, que foi imposto à Alemanha. Pelo acordo, a Alemanha foi considerada a grande responsável pela guerra.

A Primeira Guerra Mundial não havia resolvido os problemas que a geraram. Entre 1919, ano da assinatura do Tratado de Versalhes, e 1925, quando foi assinado o Tratado de Locarno (uma ratificação do tratado de 1919, que permitia a inclusão da Alemanha na Liga das Nações), reinou uma aparente tranquilidade entre os países europeus. No entanto, a superfície de calmaria escondia tensões e condições que começaram a aflorar ao longo da década de 1920. A Alemanha continuava insatisfeita.

Na União Soviética, Stalin conseguia, na época, dominar a fração política liderada por Trotski. Stalin entendia que o Tratado de Versalhes era, na verdade, uma simples trégua. A Alemanha, dizia ele, não podia continuar a suportar tamanhas limitações e condições aviltantes. A União Soviética era, de certa forma, um Estado marginalizado em relação aos outros países europeus. O mesmo pode-se dizer da Alemanha, pelo menos até 1925. Por isso, a Alemanha firmou acordos secretos com a União Soviética que permitiam à Wehrmacht (Forças Armadas alemãs) fazer testes com novos armamentos e treinar algumas de suas unidades em território soviético – isso porque o Tratado de Versalhes proibia o rearmamento da Alemanha.” (ANTONIO PEDRO TOTA; *Segunda Guerra Mundial, História das Guerras*, 4ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2017, p. 358/359)

Nesse sentido, a escalada de Hitler ao poder, durante a década de 30 do século passado, constituiu, em muitos aspectos, um desafio às imposições do Tratado de Versalhes (1919), as quais despertaram no povo alemão um profundo sentimento de revanchismo, em virtude, sobretudo, das inaceitáveis perdas de diversos territórios e do humilhante mergulho do país em uma acentuada crise econômica.

De fato, a situação alemã de hiperinflação, fenômeno econômico que se instalou após o fim da Primeira Guerra Mundial, jamais havia sido presenciada na história do povo germânico, conduzindo grande parte de seus integrantes a um quadro de extrema miséria, particularmente quando cessaram os generosos empréstimos norte-americanos, em decorrência da crise da Bolsa de Nova York, em 1929, contexto

que, entre tantos outros fatores, também contribuiu para a ascensão do nazismo.

Nesse sentido, oportuno registrar, em tom elucidativo, que os Estados Unidos da América (EUA), ao não ratificarem o seu ingresso na Liga das Nações<sup>1</sup>, organismo que eles mesmo haviam criado, ficaram completamente desvinculados dos termos do Tratado de Versalhes, razão pela qual puderam estabelecer relações comerciais com a Alemanha, concedendo-lhe recursos econômicos vitais sem qualquer restrição normativa. Como se vê, foram exatamente os aportes financeiros concedidos pelos norte-americanos, os quais somente se concretizaram em função de os EUA terem se afastado de qualquer restrição existente no Tratado de Versalhes, que possibilitaram uma certa “sobrevivência” à Alemanha daquela ocasião. Entretanto, por motivos alheios à vontade do governo norte-americano, que entendia fundamental o aporte de recursos para a Alemanha, evitando que a miséria pudesse fazer prevalecer um certo “populismo político”, tal incipiente recuperação econômica restou descontinuada pela Crise de 1929, o que lançou o país em uma ainda mais séria (e insustentável) crise, permitindo, em última análise, a ascensão no nazismo naquele Estado.

“O Tratado de Versalhes, que se seguiu à derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, causou profundo ressentimento na Alemanha. Além de ser privada de colônias ultramarinas, a Alemanha perdeu territórios fronteiriços (sobretudo para a França e Polônia) e foi obrigada a pagar aos Aliados duras reparações de guerra. Esse espírito de amargura nacional foi astutamente explorado por Adolf Hitler (1889-1945) para favorecer as metas de seu Partido Nacional-Socialista (nazis-

ta). Na balbúrdia política da Alemanha do pós-guerra, Hitler emergiu como um orador habilidoso, discursando para ex-soldados e operários descontentes. Em 1923, ele havia obtido o controle do novo Partido Nazista, que ganhou força nos anos 20.

A penúria econômica resultante da Grande Depressão do início dos anos 30 e os receios do desemprego em massa vieram a calhar para os nazistas. Hitler prometeu ao povo alemão que subverteria o Tratado de Versalhes, sanaria as chagas econômicas do país e levaria a Alemanha de volta a uma posição dominante na Europa. Após vitórias consideráveis nas eleições para o Reichstag (o Parlamento alemão), Hitler foi nomeado chanceler, em janeiro de 1933. Quase imediatamente, os nazistas começaram a solapar as instituições do Estado alemão e a consolidar seu próprio poder. Os comunistas e outros partidos de esquerda foram brutalmente suprimidos, os sindicatos comerciais foram proibidos e a perseguição aos judeus teve efetivo início. Em agosto de 1934, Hitler tinha confiança suficiente em sua posição para dispensar o Parlamento alemão e declarar-se *führer* (líder). A Alemanha tornava-se um Estado totalitário.

À revelia do Tratado de Versalhes, a Alemanha começou a rearmar-se, concentrando-se em agressivos instrumentos de guerra, como tanques, bombardeiros e *U-Boots*. O poderio crescente das Forças Armadas alemãs levou Hitler a adotar uma política externa progressivamente beligerante. Ele tirou proveito da abstenção ou incapacidade das outras grandes potências em desincentivar suas ambições territoriais. A União Soviética e os Estados Unidos não eram membros da Liga das Nações

(os americanos a criaram, mas dela se retiraram em 1921 por falta de ratificação dos termos do acordo pelo Senado, e a URSS somente passou a integrá-la em 1934), e ambos os Estados adotaram uma política de não-intervenção em assuntos mundiais. A Grã-Bretanha e a França eram as duas maiores potências da Liga, mas, enfraquecidas por seus esforços na Primeira Guerra Mundial, nenhuma delas teve a disposição de pôr um freio às exigências de Hitler. A bem dizer, as democracias ocidentais careciam de vontade para enfrentar o expansionismo alemão e japonês, ao que se acrescia o fato de que tanto na Grã-Bretanha quanto na França vigorava a crença de que o Tratado de Versalhes fora muito severo com a Alemanha e que algumas das reivindicações de Hitler eram de fato justas.” (ADRIAN GILBERT; *Enciclopédia das Guerras: A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 244/245)

No contexto militar, a Alemanha foi obrigada, em observância aos termos do Tratado de Versalhes (1919), a diminuir seus contingentes e abdicar de sua força aérea e se viu proibida de fabricar armamentos pesados, tais como aviões, navios e blindados.

Diante desse contexto, Hitler iniciou, por volta de 1934, de forma discretamente silenciosa, o rearmamento da Alemanha, violando, assim, as leis internacionais vigentes e, paulatinamente, as próprias determinações normativas do Tratado de Versalhes.

“A Alemanha permaneceu, até 1933, aparentemente afastada das grandes questões europeias. Em janeiro de 1933, Adolf Hitler, líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores

Alemães, subiu ao poder. O programa do Partido Nazista, como ficou conhecido o partido de Hitler, não escondia a ideia de transformar a Alemanha numa potência militar e restaurar os tempos áureos do Império em que o país ditava, em grande parte, as regras na política europeia.

*Deutschland Erwash*, ou Alemanha Desperta! Assim, os nazistas começaram a reconstruir a Alemanha. A Alemanha havia ficado paralisada entre 1919 e 1933, mas agora ela despertaria da letargia para mostrar a todos, sob a liderança do *Führer*, que era um país destinado a liderar o mundo. *Gleichschaltung*, conceito de difícil tradução, deve ser entendido como coordenação de um Estado sob a autoridade total de um só líder. Foi dentro dessas perspectivas filosóficas que a ditadura se impôs e a Alemanha começou a reconstrução. Hitler havia, direta e indiretamente, recebido o apoio dos grandes conglomerados industriais. O rearmamento da Alemanha foi a base da sua reconstrução.

Assim que Hitler subiu ao poder, o patriarca da família Krupp percebeu a importância do projeto de governo dos nazistas – reprimir os movimentos operários, ao mesmo tempo em que desenvolvia uma política de cooptação dos trabalhadores. Os nazistas iniciaram, secretamente, o rearmamento do Exército, a criação de uma Força Aérea e o reaparelhamento da Marinha. Não é coincidência que as grandes corporações ficassem satisfeitas com a ascensão dos nazistas. A Krupp e a Thyssen, grandes fabricantes de armas, por exemplo, passaram a receber encomendas lucrativas. Alguns números demonstram que, entre 1933 e 1939, houve rápido crescimento na indústria de aviões de combate e no

efetivo militar das Forças Armadas: em 1934 foram construídos 840 aviões; em 1936, 2.530; em 1938, 3.350; e, em 1939, 4.733. A produção bélica em geral havia aumentado mais de 22 vezes entre 1933 e 1940. Os efetivos das Forças Armadas também cresceram assustadoramente: de pouco mais de 100 mil soldados em 1933 para cerca de 3,8 milhões em 1939, ou seja, mais de 35 vezes.” (ANTONIO PEDRO TOTA; *Segunda Guerra Mundial, História das Guerras*, 4ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2017, p. 359/360)

Desse modo, entre 1934 e 1939, Hitler remilitarizou a região da Renânia – região fronteiriça com a França e que, consoante os termos do Tratado de Versalhes, deveria ser mantida livre de ingerências militares – e anexou a Áustria e os Sudetos tchecos (uma área localizada na fronteira entre a Alemanha e a Tchecoslováquia), argumentando, em relação a estes últimos, que se tratava de uma região povoada, em grande maioria, por indivíduos de origem germânica. Ademais, havia, nos Sudetos, o Partido Alemão dos Sudetos, o qual contava com forte apoio de Hitler.

Nesse exato momento, de anexação pacífica de parte do território tcheco, Hitler convocou uma conferência com os líderes das principais potências da época (Benito Mussolini, da Itália; Neville Chamberlain, do Reino Unido; e Édouard Daladier, da França), encontro que culminou na assinatura do conhecido Acordo de Munique (em 29 setembro de 1938), por meio do qual se estabeleceu o direito da Alemanha aos Sudetos tchecos. Essa decisão, conforme a história relata, gerou um profundo ressentimento por parte da Tchecoslováquia, uma vez que, no entendimento desta, ela havia sido traída pela França e pelo Reino Unido, países considerados

seus aliados e com os quais mantinha um acordo de defesa. Por outro lado, tal pacto deu início à denominada política de apaziguamento da França e do Reino Unido em relação à Alemanha nazista, cujo propósito último era estabelecer, em definitivo, a paz na Europa, vista, à época, pela ampla maioria dos líderes europeus como absolutamente necessária.

Hitler, por meio do emprego de uma diplomacia extremamente inteligente, procurava externar uma imagem (surpreendentemente positiva) de um novo líder compromissado em buscar a paz no continente europeu.

“Aquele que acender a chama da guerra na Europa não querará outra coisa senão o caos. A Alemanha Nacional-Socialista deseja a paz em virtude de suas convicções. E também quer a paz porque nenhuma guerra seria essencialmente adequada para alterar as angústias da Europa.” (WILLIAM L. SHIRER; *Ascensão e Queda do III Reich*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 21)

“Como ex-combatentes, a maioria dos membros do NSDAP não desejam ver seus jovens morrerem na guerra.” (WILLIAM L. SHIRER; *Ascensão e Queda do III Reich*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 21).

No plano interno, contudo, Hitler apontava, com grande habilidade, para a direção oposta:

**A política da França e do Reino Unido em relação à Alemanha nazista tinha o propósito de estabelecer, em definitivo, a paz na Europa. No plano interno, Hitler apontava, com habilidade, para a direção oposta**

“[precisamos] conquistar um novo *Lebensraum* no leste e germanizá-lo sem piedade”. (WILLIAM L. SHIRER; *Ascensão e Queda do III Reich*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 32)

Como consequência de suas reais intenções, pouco tempo após a celebração do Pacto de Munique, a Alemanha invadiu o território da Tchecoslováquia para além dos Sudetos, alcançando sua capital, Praga, descumprindo, então, o acordo. Diante

de tal situação, França e Inglaterra, apesar dos fortes apelos (domésticos e internacionais) no sentido de uma resposta militar, limitaram-se a manter a aludida política de apaziguamento, permitindo, em última análise, que Hitler especulasse acerca da ausência das respectivas de-

terminações nacionais e, mesmo, sobre a efetiva impotência (política, militar e econômica) daqueles países, o que parecer servido como um incentivo aos seus inegáveis propósitos expansionistas.

“Na verdade, já nos anos 20, quando Hitler começou sua carreira política e escreveu o conhecido livro *Minha Luta*, havia uma clara reivindicação, nos seus projetos, de mais territórios para acolher a população alemã. Para a ideologia nazista, os alemães, por serem uma raça superior, tinham o direito de conquistar o espaço vital (*Lebensraum*) destinado a acomodar os germânicos.

Em outubro de 1933, a Alemanha retirou-se da Liga das Nações e, em 16 de março de 1935, foi introduzido no país o serviço militar compulsório, com 550 mil conscritos. Nesse mesmo ano, a Alemanha retomou o Sarre, região mineira que estava sob a jurisdição da Liga das Nações.

A França e a Grã-Bretanha agiam como se não tivessem lutado como aliados na Primeira Guerra Mundial. A Grã-Bretanha, por exemplo, havia assinado um tratado naval que deixava Hitler, na prática, em liberdade para reconstruir a armada alemã. A França, sentindo-se isolada, assinou um tratado, ainda que precário, com a União Soviética.

A União Soviética, por sua vez, tinha sido admitida na Liga das Nações em 1934 e procurava, por todos os meios, fazer valer o princípio da paz coletiva na Europa, o que, na verdade, se mostrava quase impossível. As nações, especialmente a Alemanha nazista, tentavam por todos os meios assinar acordos bilaterais, ajudando a desacreditar a Liga das Nações. Ainda em 1934, os alemães assinaram, em separado, um tratado de paz com a Polônia, país que, nas premissas nazistas, continuava a ser considerado responsável pela separação da Prússia Oriental do resto do território alemão.

Um dos projetos mais acalentados pela ideologia nazista era o de anexar a Áustria, país de etnia germânica. Era o *Anschluss*, ou seja, a anexação natural de um país que deveria fazer parte do que eles chamavam de Grande Alemanha. Em 1934, os alemães fizeram uma primeira tentativa de colocar em prática o *Anschluss*, mas, sob a pressão da Itália, que ainda não estava totalmente alinhada com a política da Alemanha, o projeto foi postergado.

Um passo claramente belicoso tomado pela Alemanha foi a declaração da política do rearmamento. Em outras palavras, Hitler tornava público, em 1935, o que já vinha fazendo secretamente. O Tratado de Versalhes era claro quanto à proibição do rearmamento da Alemanha. No entanto, nada se fez para impedir tal iniciativa.

Assim, a Alemanha sentiu-se em condições de romper mais um importante item do Tratado de Versalhes, qual seja, a remilitarização da Renânia. Pelo tratado, a margem esquerda do Rio Reno era região desmilitarizada. Embora ali já não houvesse tropas estrangeiras, pois o exército francês havia deixado a região alguns anos antes, as cláusulas do tratado eram bem claras: não era permitida a permanência de tropas do Exército alemão na região. No entanto, Hitler iniciou seu plano de vingança contra o tratado que havia aviltado o orgulho nacional alemão. Determinou aos comandantes da Wehrmacht que atravessassem as pontes do Reno e tomassem a margem esquerda. Sob protestos de alguns comandantes, soldados alemães invadiram a região renana em 7 de março de 1936 e foram recebidos com flores e delirantes aplausos da população local. A expansão nazista parecia não ser notada pelos dirigentes franceses.

A situação internacional ficou mais tensa quando a Itália iniciou, em maio de 1936, a invasão da Etiópia. A Liga das Nações registrou um pálido protesto, enquanto a Alemanha deu total apoio a Mussolini. Dessa forma, começava-se a selar uma aliança entre a Itália fascista e a Alemanha nazista. Essa aliança se completou a partir de meados de 1936, durante a Guerra Civil Espanhola. Os dois paí-

ses ajudaram as forças conservadoras de Franco contra os republicanos de esquerda. Os republicanos foram ajudados pela União Soviética. Por tudo isso, costuma-se dizer que tantos os fascistas como os comunistas testaram suas armas nos campos de batalha da Espanha e ensaiaram a Segunda Guerra Mundial. Firmava-se assim uma aliança anticomunista entre a Itália e a Alemanha, da qual também fazia parte o Japão militarista.

Em março de 1938, a Alemanha realizava a tão sonhada anexação da Áustria. Sem disparar um tiro, os soldados alemães foram recebidos por uma significativa

parcela da população austríaca como restauradores da união dos povos germânicos. Mais uma vez, França e Grã-Bretanha nada fizeram. Na verdade, nutria-se a ideia de que

o perigo real era representado pela União Soviética e não pela Alemanha nazista. A Grã-Bretanha começou a aplicar a política que ficou conhecida por apaziguamento, idealizada pelo primeiro-ministro conservador Neville Chamberlain. Tal política consistia em fazer concessões territoriais à Alemanha, em especial a leste. Dessa forma, os nazistas consolidavam seu acalentado sonho de um espaço vital.

O passo seguinte da política de constante busca do *Lebensraum* foi a conquista dos Sudetos tchecos, como era conhecida uma faixa de terras da Tchecoslováquia habitada por maioria alemã. Hitler exigia sua volta ao domí-

nio alemão. Pressionado, o pequeno país tcheco, que havia surgido depois da Primeira Guerra Mundial, pediu auxílio à França, com quem tinha acordos de ajuda militar. A França, sentindo-se superada pelo crescente poderio militar alemão, preferiu a linha diplomática. Tudo isso facilitou a aplicação da política do apaziguamento dos britânicos.

Em 29 de setembro de 1938, deu-se a Conferência de Munique, na capital da Bavária. Do encontro participaram Grã-Bretanha, França, Itália e, evidentemente, a Alemanha. Não foi permitida a presença da Tchecoslováquia. A União Soviética – que tinha interesses

estratégicos na região – também não foi convidada. Uma Tchecoslováquia fragilizada permitiria a passagem de forças alemãs numa eventual invasão nazista ao território soviético. Pelo acordo firmado em Munique, a Alemanha ficou com os

### **A invasão da Polônia foi alvo de retaliações militares, não previstas por Hitler, culminando no início da Segunda Guerra Mundial**

Sudetos e a Tchecoslováquia desmembrou-se em duas. Uma parte ficou literalmente sob o domínio da Alemanha. A outra transformou-se em um Estado satélite.” (ANTONIO PEDRO TOTA; *Segunda Guerra Mundial, História das Guerras*, 4ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2017, p. 361/363).

A partir desse incentivo, em 1º de setembro de 1939 a Alemanha invadiu a Polônia, buscando a reunificação de seu território. No entanto, esta agressão foi alvo de poderosas retaliações militares (não previstas por Hitler) por parte do Reino Unido e da França, culminando no início da Segunda Guerra Mundial.

“Em 1936, a Alemanha reocupou a Renânia, sem enfrentar oposição da França ou da Inglaterra. Tropas alemãs também foram enviadas à Espanha em auxílio das forças do General Franco, que combatiam o governo espanhol. A Guerra Civil Espanhola (1936-39) daria ao Exército e à Aeronáutica da Alemanha lições valiosas na condução da guerra moderna. Em março de 1938, tropas alemãs marcharam contra a Áustria, que se tornou, então, parte integral do Reich alemão. Ainda em 1938, Hitler pressionou a Tchecoslováquia a ceder seus territórios na região dos Sudetos, onde havia grande quantidade de pessoas de etnia alemã. Uma conferência internacional teve lugar em Munique, em setembro de 1938, sancionando o desmembramento da Tchecoslováquia. O Exército e a Marinha franceses foram parcialmente mobilizados durante a crise nos Sudetos, mas o país era favorável a um acordo pacífico, e o premiê francês Édouard Daladier teve uma recepção de herói após o Acordo de Munique.

O sucesso de Hitler em extrair concessões da França e da Grã-Bretanha o animou a seguir adiante. Até então, suas exigências limitavam-se à restituição ao Reich alemão de terras habitadas por maiorias de língua alemã. Todavia, em março de 1939, ele cruzou esse limite, anexando o restante da Tchecoslováquia (habitada por eslavos de fala tcheca). Isso alertou a Grã-Bretanha e a França quanto às suas reais intenções, e, no verão de 1939, quando ele exigiu dos poloneses a restituição do Corredor de Danzig, os governos britânico e francês assinaram um tratado com a Polônia, comprometendo-se a auxiliá-la no caso de uma invasão alemã.

Hitler, entretanto, não se deixou abalar pela nova resolução dos Aliados Ocidentais, sobretudo porque assinara um pacto secreto de não-agressão com a União Soviética. Ele considerava os comunistas soviéticos seus inimigos naturais, e o pacto era pouco mais que um ardil temporário que permitiria à Alemanha evitar a possibilidade de uma guerra em dois *fronts*. Pelos termos do tratado, a Alemanha teria liberdade de ação na Polônia; em troca, a União Soviética receberia territórios no leste da Polônia e teria influência nos Estados bálticos. Entre junho e agosto de 1939, houve uma série de incidentes fronteiriços entre a Alemanha e a Polônia, agravando a tensão internacional e levando a repetidas advertências da França e da Grã-Bretanha. Em 1º de setembro de 1939, forças alemãs invadiram a Polônia; dois dias depois, a Grã-Bretanha e a França declararam guerra à Alemanha, dando início à Segunda Guerra Mundial.” (ADRIAN GILBERT; *Enciclopédia das Guerras: A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 244/245)

“A União Soviética sentiu-se preterida pela França e pela Grã-Bretanha. No ano seguinte, iniciou conversações com a Alemanha. Buscava proteger-se contra um possível ataque-surpresa. Os diplomatas soviéticos continuavam tentando dialogar com a França e Grã-Bretanha, mas os dois países respondiam com lentidão. Em 23 de agosto de 1939, os ministros das Relações Exteriores da União Soviética e da Alemanha, Molotov e Ribbentrop, respectivamente, assinaram, sob o olhar de Stalin, o Pacto de Não-Agressão Nazi-Soviético. A Alemanha estava, assim, livre para prosseguir, sem medo de

enfrentar duas frentes de batalha, seu projeto expansionista. Hitler ordenou, ato contínuo, que seus comandantes se preparassem para invadir a Polônia. Para a estratégia da União Soviética, o protocolo secreto que garantia a anexação de parte do território polonês facilitava a transformação dos Países Bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia) em repúblicas soviéticas.” (ANTONIO PEDRO TOTA; *Segunda Guerra Mundial, História das Guerras*, 4ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2017, p. 363)

## DAS CONSEQUÊNCIAS OBJETIVAS DA POLÍTICA DE APAZIGUAMENTO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NA ATUALIDADE

Mediante a análise das circunstâncias acima referidas, é possível inferir, portanto, que a Segunda Guerra Mundial, muito provavelmente, não teria se desenvolvido, na exata forma como aconteceu, caso houvesse a intervenção da França e/ou do Reino Unido logo

nos seus momentos iniciais – vale dizer, quando os primeiros territórios foram anexados pela Alemanha, ou, ainda antes, por ocasião do processo de remilitarização promovido por Hitler.

Essa posição política de apaziguamento é, em muitos aspectos, similar a tantas outras, posteriores à Segunda Guerra Mundial, e que inclusive vêm ocorrendo, no contexto da geopolítica norte-americana, desde a administração

Bill Clinton (1991-2001) e, sobretudo, atualmente, na relação entre os EUA e a Coreia do Norte. Destarte, durante a administração do republicano George W. Bush (que se seguiu aos oitos anos de governo Clinton), os EUA direcionaram o foco de suas atenções de política externa para a região do Oriente Médio, em relação às ameaças representadas pelo Iraque e pelo Afeganistão. Esta postura foi mantida pelo sucessor do Presidente Bush, o democrata Barack Obama (2009-2017), inclusive com a intensificação da presença militar americana nessa região.

Durante o primeiro mandato presidencial de Obama, ascendeu ao poder (2011), na Coreia do Norte, na condição de Líder Supremo, Kim Jong-Un, filho do último Líder Supremo, Kim Jong-Il (1994-2011)

e neto do fundador da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il-Sung (1948-1994).

O novo governo de Kim Jong-Un é reconhecidamente marcado, com muito maior ênfase em relação à política adotada pelos seus antecessores, pela busca incessante de uma plena capacidade

de nuclear dissuasiva, desenvolvendo uma real possibilidade de construir e lançar uma ogiva nuclear (funcional) contra inimigos localizados a milhares de quilômetros. Tal propósito resta evidente quando analisados os dados militares norte-coreanos, posto que o novo líder da Coreia do Norte realizou três vezes mais testes com mísseis balísticos do que a soma de todos os testes feitos por seu pai e por seu avô, sendo certo que, dos seis testes nucleares

**Os EUA mantiveram, diante do desenvolvimento da tecnologia bélico-nuclear norte-coreana, uma posição passiva, tentando uma saída diplomática diante do crescente progresso daquela capacidade**

realizados, Kim Jong-Un foi diretamente responsável por quatro deles. Subjacente ao desenvolvimento militar nuclear, Kim Jong-Un, compreendendo melhor a dinâmica das relações internacionais, passou a perseguir o objetivo de dotar o regime político de seu país de um efetivo poder de negociação (e de barganha) na esfera geopolítica global, intento que, de certa forma, ele tem alcançado.

Os EUA mantiveram, diante da escalada de desenvolvimento da tecnologia bélico-nuclear norte-coreana, uma posição surpreendentemente passiva, tentando, de modo permanente, uma saída diplomática (muito criticada por diversos analistas especializados, registre-se) diante do crescente (e mesmo extraordinariamente acelerado) progresso daquela capacidade nuclear.

Essa postura política por parte dos EUA deve-se, sobretudo, às recomendações (providas de interesses próprios e muito diversos daqueles inerentes aos norte-americanos) da China e da Rússia, países que financiaram (e, em parte, continuam a financiar), ainda que de forma velada e, muitas vezes, de modo indireto, o desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte.

Segundo o ponto de vista chinês e russo, o regime de Kim Jong-Un é o único (ou, no mínimo, o mais convenientemente) capaz de colocar os EUA em uma interessante posição defensiva (e mesmo de contestação ou de questionamento) quanto ao seu poderio bélico na região do oeste do Pacífico.

A perpetuação temporal do regime norte-coreano (o que somente é plenamente possível com uma capacidade nuclear dissuasiva) é, portanto, importante tanto para a China como para a Rússia, por

diferentes razões. Por um lado, obsta que tropas norte-americanas, estacionadas no território sul-coreano (em torno de 28 mil efetivos), alcancem a fronteira da Coreia do Norte com a China e cerquem também o lado oriental da Rússia, cujas fronteiras europeias já se encontram consideravelmente comprometidas por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Ademais, sob o ponto de vista chinês, tal cenário retira a atenção de Washington para a rápida (e não mais tão silenciosa) expansão da influência política, militar e econômica de Pequim sobre o Sul do Mar da China (com a construção de ilhas artificiais militarizadas) e sobre vastos pontos territoriais do Oceano Índico, o que se convencionou chamar de “Estratégia do Colar de Pérolas”<sup>2</sup>. Em relação à perspectiva russa, divide os recursos e ativos norte-americanos para também cobrir potenciais ameaças do outro lado do mundo<sup>3</sup>.

Diante desse contexto, o novo governo de Donald Trump, herdeiro involuntário das desastrosas e irresponsáveis políticas de seu antecessor Barack Obama, insere-se em uma posição complexa diante do regime de Kim Jong-Un, posto que as efetivas políticas (de natureza econômica e nuclear, e revestidas de típicas características de “apaziguamento”) de seus antecessores contribuíram, sem sombra de dúvida, para o extraordinário avanço do desenvolvimento nuclear norte-coreano, reduzindo, sobretudo, a chamada opção militar. Afinal, diante da existência de uma Coreia do Norte dotada de capacidade nuclear “operacional”, as consequências de um confronto direto seriam, no mínimo, de elevados riscos, ou mesmo simplesmente impensáveis, na hipótese “funcional”.

## NOTAS

## 1. Os EUA e a Liga das Nações

A Liga das Nações foi uma ideia, engendrada pelo Presidente norte-americano Woodrow Wilson, com o propósito de construir uma nova arquitetura para arbitrar disputas internacionais, visando evitar futuras guerras. Trata-se, na verdade, de um desdobramento do Tratado de Versalhes, assinado pelas potências europeias em 1919, para encerrar em definitivo a Primeira Guerra Mundial.

Após seis meses de negociações em Paris, o tratado em questão foi assinado em Compiègne, França, como uma continuação do armistício de novembro de 1918, que tinha posto apenas um fim provisório aos confrontos.

Não obstante a euforia da população da Europa quanto à celebração do armistício, somente quatro dos chamados “Quatorze Pontos” (idealizados por Woodrow Wilson) foram concretizados, posto que este estadista americano encontrava-se na difícil tarefa de negociar com Georges Clemenceau (França), David Lloyd George (Reino Unido) e Vittorio Emanuele Orlando (Itália) – todos céticos quanto à aplicabilidade efetiva daquelas medidas – alguns pontos do tratado para conseguir a necessária aprovação e, conseqüentemente, a efetiva criação da Liga das Nações, razão pela qual essa instituição formou-se, naquela ocasião, de modo relativamente frágil e, conseqüentemente, incapaz de assegurar a paz na Europa por um longo período.

## 2. A estratégia chinesa para dominar o Sul do Mar da China e a Região do Oceano Índico

A Região do Oceano Índico (ROI) e o Sul do Mar da China (SMC) constituem porções geográficas extremamente importantes sob o prisma geopolítico, uma vez que tais áreas compreendem, com ênfase na primeira, a principal via de acesso aos países que, na atualidade, são considerados os maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo.

“No século XXI, já não se lutará só sobre o mar, mas também pelo mar.” (Harold J. Kearsley; *Maritime Power and the Twenty-First Century*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company, 1992)

Nesse contexto, o Sul do Mar da China (local de passagem de 30% do tráfego marítimo internacional e no qual se encontram grandes e potencialmente exploráveis reservas de petróleo e gás natural, comparáveis às existentes na Venezuela) e a Região do Oceano Índico assumem, sob os prismas econômico e político, uma condição extremamente estratégica, pois também se agregam àqueles fatores, em contraposição crítica, os seguintes aspectos: a importância do petróleo para o provimento energético, sobretudo para a atividade industrial chinesa; a necessidade de os EUA (sob sua ótica) continuarem ostentando sua hegemonia mundial; e, por fim, a emergência de novas potências no contexto mundial e no espectro regional, tais como a China e a Índia, respectivamente.

“Ativos intrínsecos aos espaços marítimos podem polarizar perigosamente interesses de atores internacionais se não houver esforço dissuasório defensivo e trabalho adequado no âmbito da política externa.” (LUCIANO PONCE CARVALHO JUDICE e CLEVELAND MAXIMINO JONES; “Clausewitz e a Polarização Marítima no século XXI”, *Revista Marítima Brasileira*, vol. 138, nº 04/06, abr./jun., 2018, p. 99)

Como é de amplo conhecimento, o acelerado crescimento econômico chinês consome imensas quantidades de petróleo, oriundas, sobretudo, do Golfo Pérsico e da África, orientando aquela nação quanto à imperiosa necessidade de se construir uma força militar, principalmente marítima, capaz de dominar tanto o Sul do Mar da China – com sua correspondente e futura possibilidade de exploração de petróleo em plataformas marítimas – como a Região do Oceano Índico, garantindo, por meio de ambas as áreas, o tráfego de navios carregados de petróleo destinados a abastecer as crescentes necessidades energéticas direcionadas para o contínuo desenvolvimento chinês.

O “Colar de Pérolas” (*String of Pearls*, em inglês), portanto, é a designação nominativa que o Ocidente outorgou à estratégia chinesa de cercar o SMC e a ROI, o que se operacionaliza por meio da construção de diversas bases navais (inclusive em ilhas artificiais), ampliando, assim, a presença da China nessas regiões, com o propósito de alcançar, em um futuro próximo, uma posição estratégica privilegiada em toda essa porção marítima e territorial do planeta.

Evidentemente que a construção desse “Colar”, em muitos aspectos, redefine o jogo de poder na região, posto que o aumento da presença chinesa contrasta com a histórica permanência do poderio militar naval e aeroespacial norte-americano, bem como com a ascensão militar da Índia, a qual vem se aproximando diplomaticamente dos EUA, em especial para contrabalancear a crescente militarização do Oceano Índico, ora promovida pela China.

Segundo lições de Deepak Kumar (“A competição no Oceano Índico à luz do emergente Triângulo Estratégico; *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, 2009, p. 127), “a Região do Oceano Índico tem sua importância estratégica baseada principalmente no seu posicionamento em relação às rotas comerciais”. De fato, aproximadamente 3.500 navios, carregando 80% do comércio do Oceano Índico, transitam pelos estreitos de Malaca e Bab-el-Mandeb e pelo Cabo da Boa Esperança, principalmente para as potências extrarregionais. Essas embarcações estão carregadas com suprimentos vitais de petróleo e materiais estratégicos e, assim, são objetos de sérias preocupações para as potências interessadas. Mesmo atualmente, 90% do comércio global e 65% de toda produção petrolífera são transportados pelo mar.

No mesmo sentido, e consoante ensinamento de Robert D. Kaplan (*Foreign Affairs*; 2009, p. 16), “cerca de 70% do total de tráfego de derivados de petróleo passa pelo Oceano Índico, em seu percurso do Oriente Médio para o Oceano Pacífico. Enquanto tais produtos trafegam por esta rota, eles passam pelas principais linhas mundiais de transporte marítimo de óleo e alguns dos principais pontos focais do comércio mundial: Bab-el-Mandeb e os estreitos de Hormuz e Malaca. Aproximadamente 40% dos negócios mundiais passam pelo Estreito de Malaca; enquanto 40% de todo o petróleo bruto passa pelo Estreito de Hormuz”.

Vale registrar que esse processo, inicialmente silencioso, remonta ao início do século XXI, mas se tornou público, particularmente, após a chegada ao poder de Xi Jinping

(2012), quando, então, a China começou a traçar (de forma efetiva e contundente) um audacioso plano estratégico cujo propósito é ampliar a sua influência mundial, utilizando, para tanto, uma gradual e ostensiva presença no Mar do Sul da China e também na Região do Oceano Índico.

“O crescente interesse e a influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, podem ser descritos como semelhantes a um colar de pérolas. Cada pérola no seu respectivo cordão é um nexo da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar. As pérolas importantes são: Ilhas Hainã, com instalações militares recentemente aprimoradas; Ilhas Woody, localizadas no arquipélago Paracel, a cerca de 300 milhas náuticas a leste do Vietnã; porto de Chittagong, em Bangladesh; o porto de águas profundas em Sittwe, Myanmar; e o porto de Gwadar, no Paquistão, que é estrategicamente localizado nas proximidades do Golfo Pérsico.” (CHRISTOPHER J. PEHRSON; *String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power*, 2006, p. 3)

Desse modo, em 2013, de forma discreta e dissimulada, os chineses iniciaram a projeção global de seu poder nacional (militar, econômico, político e psicossocial/cultural) por meio, entre outras iniciativas, da militarização do Mar do Sul da China (MSC), particularmente pelo emprego da inusitada estratégia de construir ilhas artificiais em uma região extremamente sensível, na qual circulam cerca de 30% de todo comércio marítimo internacional, e que se encontra provida de grandes reservas de petróleo e gás natural.

“Projetos de construção de portos e campos de pouso, relações diplomáticas sensíveis (e muitas vezes velados) e a modernização da força naval formam a essência do ‘Colar de Pérolas’ chinês. A segurança de matérias-primas e energia, de modo a dar suporte à política energética da China, é a principal motivação por trás do ‘Colar de Pérolas’. Então, percebe-se que essa política está relacionada com a principal Estratégia Nacional da China. A China também possui uma ambiciosa proposta, orçada em 20 bilhões de dólares, para a construção de um canal pelo istmo tailandês de Kra, o que permitiria a seus navios um caminho alternativo ao Estreito de Malaca e ligaria o Oceano Índico à costa pacífica da China – um projeto no nível de importância do Canal do Panamá e que, futuramente, pode fazer com que a balança de poder na Ásia penda a favor da China, dando à sua Marinha e à sua frota mercante um acesso fácil para um vasto e contínuo oceano, expandindo as ligações marítimas do leste da África ao Japão e à península coreana.” (ROBERT D. KAPLAN; *Power Plays in the Indian Ocean*, Foreign Affairs, Washington, 2009, p. 22)

Além disso, a forte presença da poderosa Marinha americana (United States Navy – USN) no Oceano Índico constitui, sob a ótica chinesa, uma constante ameaça, tendo em vista que eventuais bloqueios na frota de navios comerciais que transportam recursos naturais para a China poderiam acarretar grandes transtornos para a economia deste país. Assim, essa estratégia do “Colar de Pérolas”, para além do objetivo de assegurar o transporte marítimo de insumos à economia chinesa, perpassa também pela ampliação do leque de opções ao traslado, via oceano, com a construção de oleodutos e vias de acesso a portos de outros países.

Com efeito, a China passou, mediante esse singular expediente, a reivindicar, sem qualquer fundamento legal e ignorando solenemente todas as críticas e mesmo condenações advindas dos tribunais internacionais, áreas a aproximadamente dois mil quilômetros de distância de sua costa, mas, em contrapartida, a apenas poucos quilômetros dos territórios do Vietnã, das Filipinas e da Malásia. Ademais, a partir do efetivo estabelecimento dessas bases militares na região, a China deflagrou um processo de ostensiva conquista do Oceano Índico, atravessando o Estreito de Malaca e o Istmo de Kra, passando também pela Tailândia, por meio de uma presença econômica massiva, com a construção de oleodutos, ferrovias e rodovias.

Uma vez estabelecida no Oceano Índico, a China iniciou e conduziu a construção de um porto marítimo de grande porte ao lado de um gigantesco terminal petrolífero em Myanmar e no vizinho deste, Bangladesh, ampliando, ainda, as instalações de um porto e de um aeroporto civil e militar, cercado geopoliticamente, por consequência, sua arquirrival, a Índia. Acabou por conceber também instalações no Sri Lanka, nas Maldivas e no Paquistão, onde os chineses estão construindo uma ligação (por meio de ferrovias e rodovias) entre a sua fronteira e o porto de Gwadar. E, por fim, estendeu sua presença ao nordeste da África, no Djibouti, no qual os chineses implantaram uma base militar, e no Sudão, onde ampliaram um porto localizado na fronteira deste país com a Somália.

Essas são as chamadas “Pérolas” que formam o “Colar” chinês no Oceano Índico e por meio das quais a China ambiciona ter uma presença cada vez mais intensa, alcançando, então, posição de alto destaque no cenário político-militar mundial. Entretanto, em uma natural reação, potências como a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia (acuada pela presença chinesa em torno de toda sua costa), Singapura e outros países com menor grau de desenvolvimento, tais como a Indonésia e o Vietnã, vêm formando uma aliança (ainda informal), em conjunto com os EUA, contra a presença chinesa no Oceano Índico e no Sul do Mar da China, tornando estas regiões um novo ponto de tensão geopolítica, além de um possível cenário para o início (ainda que embrionário) de uma Segunda Guerra Fria.

Sob esse aspecto, é possível deduzir que a presente ampliação da inferência chinesa replica, em grande medida, o expansionismo soviético dos tempos da Guerra Fria, o que, historicamente, somente foi contido, no contexto continental da Europa, com a criação da Otan, em 1949, e com a correspondente e forte determinação militar dos EUA, por meio do estabelecimento e da manutenção de tropas e equipamentos na região. Vale mencionar que a política chinesa de ascensão pacífica (de natureza passiva e não-confrontativa), inaugurada por Deng Xiaoping no final dos anos 1970, foi substituída, em sua essência, pelo atual mandatário, que traçou uma nova estratégia de ascensão pacífica, porém com nítida e diferenciada feição ativa e confrontativa, retornando, em alguma medida, à concepção estratégica de Mao Tsé-Tung (1949-78), ainda que sem o viés bélico (ativo) que perdurou durante a maior parte de seu governo, e que conduziu às guerras da Coreia (1950-53) e do Vietnã (1964-75) e aos diversos confrontos no Estreito de Taiwan.

Nesse contexto analítico, é cediço concluir que, assim como no passado, as novas ameaças produzidas pelas aspirações globais chinesas somente poderão ser efetivamente contidas, no contexto da denominada deterência estratégica, por meio da criação de uma nova e inédita aliança formal de segurança e cooperação (por um modelo arquitetônico semelhante ao Pacto da Otan) liderada pelos EUA, com a necessária participação do Japão, da Coreia do Sul, da Austrália, da Nova Zelândia, das Filipinas, de Singapura,

da Tailândia e da Índia, incluindo, ainda, eventuais ex-adversários norte-americanos, como o Vietnã.

Em certa medida, replica-se, dessa maneira, um cenário geopolítico semelhante ao que originou a Guerra Fria em 1947, notadamente a partir do expansionismo soviético, ainda que desprovido do nítido viés de confrontação ideológica que se constituiu na tônica do passado.

### 3. Da Disposição das Forças Armadas Norte-Americanas no Mundo

É importante pontuar que, logo após o fim da Guerra Fria (1991), grande parte dos efetivos norte-americanos, ainda que reduzidos em sua totalidade, foram gradualmente transferidos para a região do Pacífico e para a Ásia. Por conseguinte, em 2018, o contingente militar estacionado no Japão (39.950 homens), sem contar com os efetivos em território sul-coreano (28.500 homens), apresenta-se superior ao quantitativo de forças desdobradas na Europa, com ênfase na Alemanha (37.450 soldados).

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<GUERRA>; Guerra da Coreia; Relações Internacionais;

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GILBERT, Adrian. *Enciclopédia das Guerras: A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, M. Books, 2005.
- JUDICE, Luciano P. C.; JONES, Cleveland Maximino. “Clausewitz e a Polarização Marítima no século XXI”, *Revista Marítima Brasileira*, vol. 138, nº 04/06, abr./jun., 2018.
- KAPLAN, Robert D. “Power Plays in the Indian Ocean”, *Foreign Affairs*, Washington, 2009.
- KEARSLEY, Harold J. *Maritime Power and the Twenty-First Century*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company, 1992.
- KUMAR, Deepak. “A competição no Oceano Índico à luz do emergente Triângulo Estratégico”, *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, 2009.
- PEHRSON, Christopher J. *String of Pearls: Meeting the Challenge of China’s Rising Power*, 2006.
- SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do III Reich*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- THE MILITARY BALANCE 2018, International Institute for Strategic (IISS) Routledge Studies, Londres, 2018.
- TOTA, Antonio Pedro. *Segunda Guerra Mundial, História das Guerras*, 4ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 2017.